PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PRODUTO B - ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO



MUNICÍPIO DE
DIVISA NOVA

ALLPA
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

% – Porcentagem

ARISMG – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais

ARSAE – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

FUNASA – Fundação Nacional da Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

km – Quilômetro

km² – Quilômetro Quadrado

m – Metro

MG – Minas Gerais

n° – Número

ONG – Organização Não Governamental

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

SINISA – Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico

Sra. – Senhora

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Divisa Nova/MG. 8
Figura 2 - Atores sociais envolvidos na elaboração do PMSB. 10
Figura 3 - Agentes envolvidos na elaboração do PMSB. 18
Figura 4 - Relacionamento entre os agentes. 19
Figura 5 - Exemplo de Website desenvolvido com o objetivo de ser um meio de acesso às informações do PMSB. 27

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais organizações de Divisa Nova/MG. 10
Quadro 2 - Objetivos da participação social. 14
Quadro 3 - Prestadores de serviço. 16
Quadro 4 - Níveis de participação social. 20

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7
2. OBJETIVOS 9
2.1. Objetivos específicos 9
3. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS 9
3.1. Gestão Pública 11
3.2. Poder Legislativo 12
3.3. Comitê de Bacias Hidrográficas 12
3.4. Comitê de Coordenação 13
3.5. Comitê de Execução 13
3.6. Sociedade civil 14
3.7. Escolas 15
3.8. Prestadores de serviço 16
3.9. Agência reguladora 16
3.10. Ministério Público 17
4. AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PMSB 18
4.1. Identificação dos agentes envolvidos 18
4.2. Relacionamento entre os agentes 19
5. NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL 20
6. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL 21
6.1. Estratégia de mobilização local e em rede 21
6.1.1. Mobilização local 21
6.1.2. Mobilização em rede 22
6.2. Eventos públicos 22
6.2.1. Programação da audiência pública 23
6.2.2. Data, hora e local 23
6.2.3. Estrutura e equipamentos para as audiências públicas 24

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

6.2.4. Vistoria técnica 24

6.2.5. Público-alvo das audiências 25

6.2.6. Recepção e credenciamento das audiências públicas 25

6.2.7. Metodologia de condução da audiência 25

6.3. Mecanismos de divulgação e comunicação 26

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 29

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

Como forma de regulamentação dos serviços de saneamento básico, foi criada a Lei nº 11.445/2007, conhecida como Marco Legal do Saneamento, que estabelece diretrizes básicas para o saneamento e para a política de saneamento, abrangendo o sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Posteriormente, foi atualizada pela Lei nº 14.026/2020, de forma a se enquadrar melhor a realidade atual do país.

Dentre as diretrizes apresentadas, o artigo 19º da Lei 11.445/2007 estabelece os critérios mínimos para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que seriam a elaboração do diagnóstico da situação atual do saneamento, a definição de objetivos e metas de forma a garantir a universalização dos serviços, a proposição de programas, projetos e ações que permitam alcançar os objetivos e metas estabelecidos, a formulação de indicadores que permitam avaliar a implantação do PMSB e as ações de emergência e contingência.

A referida lei, apresenta em seu artigo 9º:

> *"Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:*
>
> *I - Elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão;*
>
> *V - Estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social."*

Sendo que, controle social é definido pela lei, em seu artigo 3º, como:

> *"IV - Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico;"*

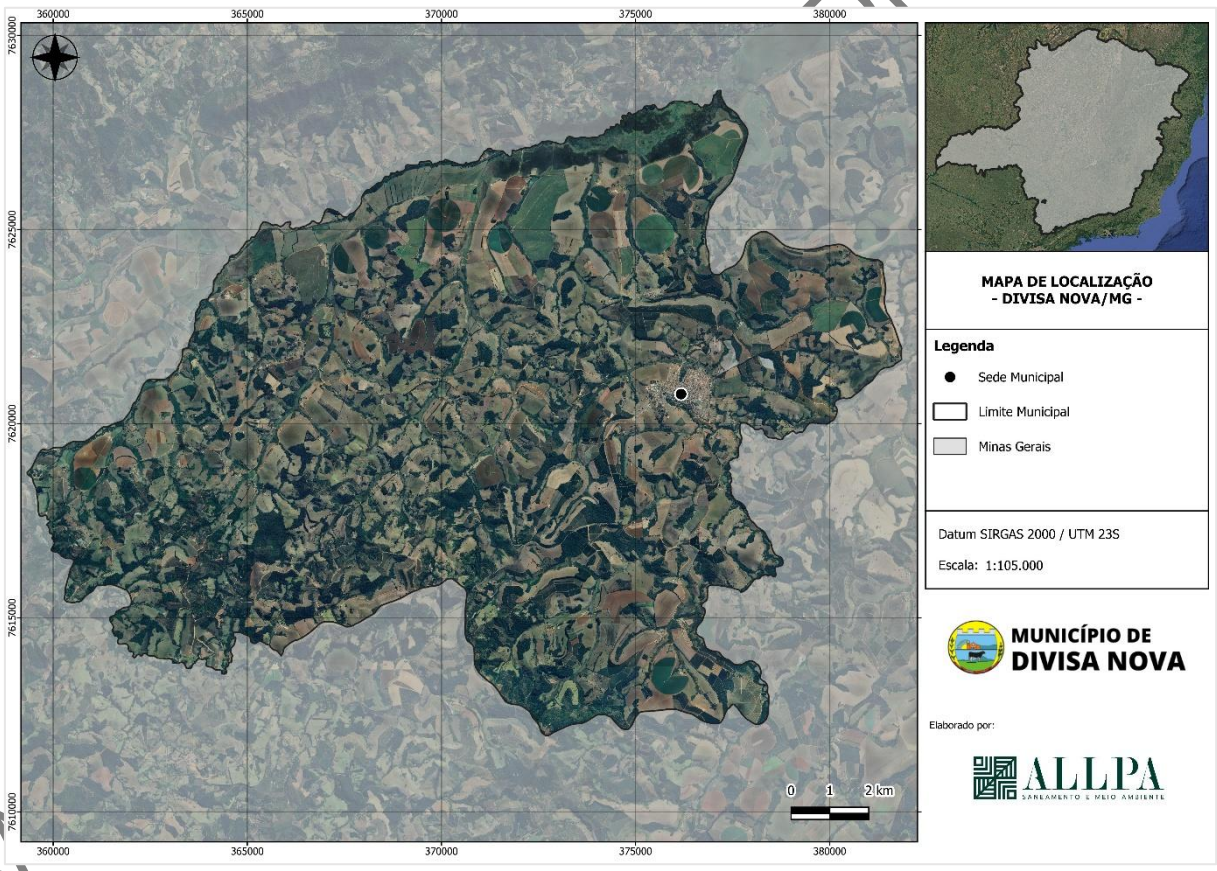
Com base no exposto, é fundamental a criação de mecanismo que permitam a inclusão social no desenvolvimento do PMSB, para isso é necessária a elaboração da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação, que é uma ferramenta fundamental de

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

controle e participação popular, já que nele ficam definidas as maneiras de garantir que a comunidade participe do processo de discussão, decisão e avaliação das ações a serem tomadas pelo poder público e prestadores de serviço. A elaboração de um plano que tenha coerência com a realidade local viabiliza a participação popular nas ações relativas ao saneamento, contribuindo para que o indivíduo exerça o direito de participação social.

Com base nas premissas impostas pela legislação, foi elaborada a presente Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação para o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), do Município de Divisa Nova/MG, localizado nas coordenadas geográficas 21º30'39" de latitude sul e 46º11'45" de longitude oeste, conforme o mapa da Figura 1, ocupando uma área de 216,96 km².

Figura 1 - Localização de Divisa Nova/MG.



Fonte: Allpa - Saneamento e Meio Ambiente, 2026.

A presente Estratégia de Mobilização Social integra uma série de produtos que compõe o Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo este o Produto 2 dentre os 7 produtos a serem elaborados.

VERSÃO PRELIMINAR PARA CONSULTA PÚBLICA

2. OBJETIVOS

O objetivo da presente Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação é apresentar os mecanismos a serem utilizados para envolver e mobilizar toda a comunidade de Divisa Nova/MG ao longo do processo de atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, de forma a tornar viável a participação da população e permitir que seus anseios sejam manifestados, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida e maior eficiência no sistema de gestão e gerenciamento dos serviços de saneamento básico.

2.1. Objetivos específicos

- Apresentar os atores sociais e agentes envolvidos e sua relevância na elaboração do PMSB;
- Cumprir os princípios legais de garantia da participação pública;
- Estimular a participação de toda a sociedade na atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Envolver a população nas discussões sobre saneamento básico, de forma a escutar e compreender seus anseios;
- Coletar contribuições, levantar problemas críticos e sugestões para complementação das etapas de diagnóstico e prognóstico;
- Garantir participação social de forma democrática e abrangente;
- Compartilhar amplamente as etapas do processo, bem como os eventos públicos, por meio de canais de comunicação e meios modernos de divulgação;
- Sensibilizar a população quanto à importância de investir em saneamento básico;
- Construir uma atualização do Plano de Saneamento Básico totalmente aderente à realidade municipal.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS

As políticas públicas que incorporam processos participativos dependem da identificação dos atores sociais envolvidos para serem efetivadas, já que todos os setores têm o direito de identificar problemas e sugerir soluções.

Nesse sentido, os tópicos a seguir irão descrever os atores sociais envolvidos no processo de elaboração do plano municipal de saneamento básico, assim como suas responsabilidades e relevância. O fluxograma da Figura 2 apresenta de forma geral quais seriam esses atores.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Figura 2 - Atores sociais envolvidos na elaboração do PMSB.



Fonte: Allpa - Saneamento e Meio Ambiente, 2026.

Já o Quadro 1 a seguir apresenta as principais organizações relacionadas aos serviços de saneamento básico, saúde, educação e meio ambiente de Divisa Nova/MG, que serão responsáveis por auxiliar no processo de desenvolvimento, aprovação, execução e monitoramento do PMSB.

Quadro 1 - Principais organizações de Divisa Nova/MG.

Setor	Organizações
Saneamento	Secretaria Especial de Transportes e Obras Públicas e COPASA
Saúde	Secretaria Municipal de Saúde, Clínicas, hospitais e postos de saúde
Educação	Secretaria de Educação e escolas

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Setor	Organizações
Meio ambiente	ONGs e Institutos que atuam nas causas ambientais

Fonte: Allpa - Saneamento e Meio Ambiente, 2026.

3.1. Gestão Pública

É fundamental durante o processo de elaboração da Estratégia de Mobilização Social que todas as partes interessadas sejam envolvidas. Assim, os gestores, líderes das secretarias da prefeitura e demais órgãos públicos devem ser sensibilizados quanto às condições do saneamento básico no município e a importância da participação da comunidade na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

As principais instituições existentes no município que podem contribuir com a Estratégia de Mobilização Social são:

- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- Secretaria Especial de Transportes e Obras Públicas;
- Secretaria Municipal de Esportes;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
- Secretaria Especial de Assistência e Promoção Social;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria Municipal da Fazenda;
- Secretaria Municipal de Planejamento e Execução Contábil;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Defesa Civil.

Os gestores e líderes das secretarias municipais têm como função promover a capacitação e formação em educação ambiental dos servidores, principalmente daqueles que terão interações diretas com o público. Além disso, devem propor mecanismos que permitam o diálogo constante e a participação social, garantindo que todas as decisões sejam tomadas de maneira democrática e inclusiva.

As secretarias têm o papel central de implementar as políticas municipais, incluindo as relacionadas ao saneamento básico. Portanto a participação das secretarias é crucial para a elaboração do PMSB, pois podem fornecer insights, recursos e apoio técnico, bem como

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

facilitar a coordenação e a colaboração entre diferentes setores municipais. Além disso irão garantir que as ações relacionadas ao saneamento sejam transparentes e participativas. Portanto, é essencial que essas secretarias sejam parte integrante do processo de mobilização social e controle, trabalhando em conjunto com a sociedade civil, organizações locais e demais partes interessadas para alcançar os objetivos estabelecidos na atualização do PMSB.

3.2. Poder Legislativo

Os principais agentes do poder legislativo municipal seriam os vereadores, que têm como função criar leis que regem o município, sendo assim é fundamental que eles tenham ciência da importância da elaboração do PMSB e de se investir em saneamento básico, para que possam desenvolver leis, planos, emendas e decretos que atendam às necessidades da comunidade e garantam a preservação ambiental e a sustentabilidade financeira.

O Município de Divisa Nova/MG conta com 9 (nove) vereadores. A seguir estão listados os nomes dos vereadores de mandato vigente durante a elaboração do plano, segundo o site da Câmara Municipal:

- Alexandre Martiniano Martins;
- Antônio Edgar de Ávila Ribeiro;
- Carlos Marcelo da Silva;
- Clóvis Donizete Diniz;
- Elias Tassoti;
- Elieder Alves da Silva;
- José Henrique da Silva;
- Renato dos Reis Romão
- Renato Leal de Souza.

3.3. Comitê de Bacias Hidrográficas

O município de Divisa Nova/MG está inserido na área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas, responsável pela gestão dos recursos hídricos da região. O comitê possui papel fundamental no planejamento e na gestão das águas, promovendo ações voltadas à preservação, recuperação e uso sustentável dos recursos hídricos.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

A participação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é importante para garantir a integração entre as políticas de saneamento e de recursos hídricos, contribuindo com informações técnicas, diagnósticos e diretrizes relacionadas à gestão da água. Além disso, sua atuação auxilia na definição de ações e investimentos voltados à proteção dos mananciais e à melhoria da qualidade ambiental do município.

3.4. Comitê de Coordenação

O comitê de coordenação é responsável pela operacionalização dos processos de elaboração do plano, a sua função é atuar em apoio às ações de mobilização social em todas as etapas de elaboração e apresentar perspectivas técnica que possam contribuir para o desenvolvimento do PMSB de forma que os produtos elaborados sejam condizentes com a realidade local.

O comitê deve ser instituído mediante ato do Poder Executivo Municipal e deverá possuir um presidente, designado para conduzir os trabalhos e promover a articulação entre os envolvidos, e ser composto por representantes do poder público municipal, dos prestadores de serviços de saneamento básico, de órgãos técnicos, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, associações comunitárias e demais segmentos relacionados ao saneamento e ao desenvolvimento urbano, garantindo a participação social e a integração entre os diferentes setores do município.

Para o município de Divisa Nova/MG, definiu-se que a presidência do Comitê de Coordenação será exercida pela Sra. Thereza Beatriz de Carvalho Pereira Esteves, Secretária Municipal de Administração. Os demais membros do comitê ainda não foram definidos, sendo recomendável que sua composição seja estabelecida em até 15 (quinze) dias após a aprovação da Estratégia de Mobilização Social. Recomenda-se, ainda, que a nomeação dos membros seja formalizada por meio de decreto do Poder Executivo Municipal, garantindo a oficialização e legitimidade do comitê no acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

3.5. Comitê de Execução

O Comitê de Execução do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é o grupo responsável pela condução técnica e operacional das atividades necessárias à elaboração do plano. Sua função é desenvolver, acompanhar e executar as ações previstas em cada etapa

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

do PMSB, incluindo levantamento de dados, elaboração de diagnósticos, proposição de programas, projetos e metas, além da organização das atividades de participação social.

Para o município de Divisa Nova/MG, definiu-se que o Comitê de Execução será composto pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Thereza Beatriz de Carvalho Pereira Esteves, e pela equipe técnica da Allpa - Saneamento e Meio Ambiente, empresa de consultoria ambiental contratada pelo município para a elaboração do plano.

A Sra. Thereza Beatriz de Carvalho Pereira Esteves foi designada como presidente do Comitê de Execução, sendo responsável pela condução e coordenação das atividades técnicas e operacionais relacionadas à elaboração do PMSB, bem como pela articulação entre a administração municipal e a equipe técnica contratada. Já a Allpa - Saneamento e Meio Ambiente será responsável pelo desenvolvimento das atividades técnicas necessárias à elaboração do plano, conforme descrito a seguir:

- Desenvolver todos os produtos seguindo os termos estabelecidos em contratos e legislações pertinentes;
- Disponibilizar ao longo do processo todos os produtos desenvolvidos para que qualquer cidadão tenha acesso;
- Criar mecanismos que permitam aos cidadãos manifestarem suas dúvidas e sugestões pertinentes ao processo;
- Auxiliar na organização e divulgação dos eventos públicos que serão realizados ao longo do processo, para que todos os cidadãos tenham acesso.

3.6. Sociedade civil

O processo de formação, aprovação e implementação do PMSB é permeado pela participação e controle social, já que além de ser um direito garantido por lei, é fundamental para que as melhorias propostas atendam às necessidades de todos de forma democrática. O Quadro 2 apresenta os principais objetivos da participação social em todas as fases do PMSB apresentados na cartilha de Mobilização Social da FUNASA (2011).

Quadro 2 - Objetivos da participação social.

Fase	Objetivo da Participação Social
Todas as fases	Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social; Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações;

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Fase	Objetivo da Participação Social
	Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens; Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais; Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental; Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.
Diagnóstico Técnico-participativo	Considerar as percepções sociais e conhecimentos a respeito do Saneamento; Considerar as características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais; Considerar a realidade prática local das condições de saneamento e saúde, em complemento às informações técnicas levantadas ou fornecidas pelos prestadores de serviços; Considerar as formas de organização social da comunidade local.
Prognóstico e Planejamento estratégico – Cenário de Referência	Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro; Considerar o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros para a qualidade de vida da população.
Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência	Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos; Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em conta a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.
Fases posteriores: Produto consolidado, avaliação e previsão do PMSB	Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico; Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento básico para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

Fonte: Adaptado FUNASA, 2018.

3.7. Escolas

As escolas são uma ferramenta fundamental para a mobilização social, já que podem ser usadas como meio de conscientização e educação ambiental. Assim, durante a elaboração do plano as escolas devem propor temas, assuntos e discussões com seus alunos, com o objetivo de conscientizar e divulgar informações relevantes.

Elas podem organizar eventos e atividades didáticas, com o apoio da administração municipal, que orientem aos alunos e a comunidade sobre seus direitos com relação ao serviço de saneamento básico de qualidade, bem como destacar a importância desses serviços e as consequências de sua ausência. Isso ajudará a reforçar a importância da participação da comunidade ao longo do processo de elaboração do plano e a compreensão das ações que serão implementadas.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Divisa Nova/MG conta com 6 escolas, sendo 1 estadual e 5 municipais.

- Escola Estadual Secretário Tristão da Cunha;
- Escola Municipal Prefeito José Silvestre Bastos;
- Escola Municipal Professora Maria Aparecida de Carvalho Pereira;
- Escola Municipal Professor Nei Paulo de Souza;
- Creche Municipal Professora Ordalia Magalhães;
- Centro Educacional Municipal Eleandro Cesar de Assis.

3.8. Prestadores de serviço

As empresas contratadas para a prestação dos serviços de saneamento em Divisa Nova/MG terão um papel de grande relevância na elaboração do plano, pois serão responsáveis por oferecer as informações necessárias para que ele seja elaborado de maneira assertiva. Além disso, elas devem permitir e acompanhar visitas técnicas às infraestruturas em que operam para que a equipe técnica de elaboração do plano possa avaliar os componentes.

Dessa forma, é fundamental que a Prefeitura Municipal informe aos prestadores de serviço sobre todo o processo a ser conduzido, de maneira a estabelecer um canal de comunicação, para que ocorra, com facilidade, o intercâmbio de informações. O Quadro 3 apresenta os prestadores de serviço de cada pilar do saneamento.

Quadro 3 - Prestadores de serviço.

Abastecimento de água	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA
Esgotamento sanitário	Departamento de Serviços Urbanos pertencente a Secretaria Especial de Transportes e Obras Públicas
Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Secretaria Especial de Transportes e Obras Públicas
Drenagem urbana e manejo de águas pluviais	Secretaria Especial de Transportes e Obras Públicas

Fonte: Allpa - Saneamento e Meio Ambiente, 2026.

3.9. Agência reguladora

Conforme estabelece a Lei Federal nº 11.445/2007, os municípios que delegarem a prestação dos serviços de saneamento básico também deverão delegar as atividades de regulação e fiscalização a uma entidade reguladora competente. Nesse contexto, a atuação das agências reguladoras torna-se fundamental em todos os processos relacionados ao

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

saneamento básico, garantindo a adequada prestação dos serviços, o cumprimento das normas técnicas, a definição tarifária e a proteção dos interesses da população usuária.

No município de Divisa Nova/MG, os serviços de abastecimento de água são prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), cuja regulação e fiscalização são realizadas pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais (ARSAE), criada por meio da Lei Estadual nº 18.309/2009. A agência é responsável por estabelecer normas regulatórias, acompanhar a qualidade dos serviços prestados, fiscalizar contratos e definir mecanismos tarifários, buscando assegurar a eficiência, a transparência e a sustentabilidade dos serviços de saneamento no estado de Minas Gerais.

A ARSAE atua ainda no monitoramento de indicadores operacionais e de qualidade, promovendo maior segurança aos usuários e incentivando melhorias contínuas nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário operados pela COPASA.

Os serviços de esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são prestados pela Secretaria Especial de Transportes e Obras Públicas, tendo como entidade reguladora a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais (ARISMG). A agência exerce funções de regulação, normatização, controle e fiscalização dos serviços públicos de saneamento delegados pelos municípios consorciados, contribuindo para a padronização dos procedimentos técnicos e administrativos relacionados ao setor.

A ARISMG também possui papel importante no acompanhamento da prestação dos serviços, na mediação de conflitos entre usuários e prestadores e na promoção da eficiência operacional, visando assegurar a qualidade e a continuidade dos serviços prestados à população.

Com relação aos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, apesar de serem de responsabilidade da Secretaria Especial de Transportes e Obras Públicas, atualmente não há agência reguladora responsável pela fiscalização e regulação específica deste componente do saneamento básico no município.

3.10. Ministério Público

O Ministério Público é uma instituição pública autônoma responsável por garantir os direitos dos cidadãos. Tem como função, segundo a Constituição Federal, manter a ordem jurídica, o regime democrático e defender os interesses sociais em todos os âmbitos. Devido a sua ampla atuação jurídica, é fundamental a sua participação na atualização PMSB.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

4. AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PMSB

4.1. Identificação dos agentes envolvidos

Os principais agentes envolvidos na elaboração do PMSB estão apresentados na Figura 3.

Figura 3 - Agentes envolvidos na elaboração do PMSB.



Fonte: Allpa - Saneamento e Meio Ambiente, 2026.

O agente técnico é a equipe técnica responsável pela elaboração do plano, que no caso de Divisa Nova/MG, seria a equipe da Allpa - Saneamento e Meio Ambiente e tem como função desenvolver os produtos de acordo com as legislações vigentes e com o que foi determinado em contrato.

O agente executor atua na divulgação de todas as etapas e eventos do processo de elaboração do PMSB, e no caso de Divisa Nova/MG seria a Prefeitura Municipal. Já o agente de supervisão, que seriam os membros do Comitê de Execução, tem a função de acompanhar, fiscalizar e aprovar os produtos desenvolvidos pelos agentes técnicos de forma a garantir que o plano esteja de acordo com o contrato e com as legislações vigentes, além disso tem a função de oferecer informações precisas e atuais do município por meio da participação de reuniões técnicas e audiências públicas.

Por fim, o agente representante da sociedade civil seria os munícipes que participarem as audiências públicas e de outros canais de comunicação, auxiliando na elaboração do plano

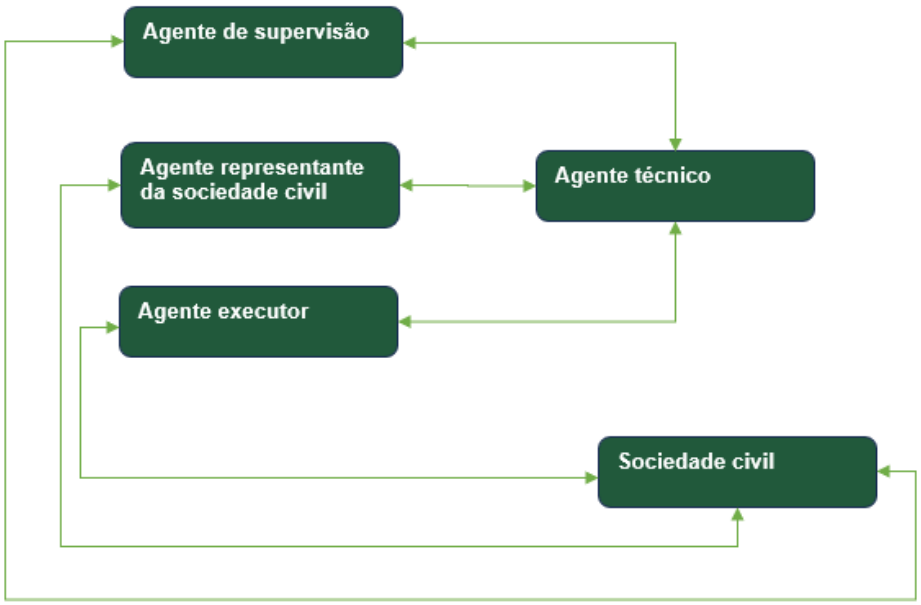
VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

por meio de informações valiosas sobre a realidade do saneamento básico na região em que reside.

4.2. Relacionamento entre os agentes

O fluxograma da Figura 4 apresenta como eles se relacionam.

Figura 4 - Relacionamento entre os agentes.



Fonte: Allpa - Saneamento e Meio Ambiente, 2026.

O agente executor se relaciona com o agente técnico por meio da definição de mecanismos de mobilização social durante o processo de elaboração do plano. Já o agente representante da sociedade civil tem a função de manifestar os anseios da comunidade ao agente técnico, além de validar e contribuir com os produtos elaborados. Por fim, o agente supervisor tem a função de fornecer informações necessárias para o desenvolvimento do plano ao agente técnico e supervisionar se os produtos desenvolvidos condizem com o que foi acordado.

Em contrapartida, o agente técnico tem a função de fornecer os materiais produzidos para estudo e análise dos agentes executor, supervisor e representante da sociedade civil, garantindo que o produto final seja condizente com a realidade local.

A sociedade civil se relaciona com o agente técnico contribuindo com informações sobre o saneamento básico no município e manifestando sua opinião sobre o plano durante os

VERSÃO PARA CONSULTA PÚBLICA

eventos públicos. Todos os agentes se relacionam com a sociedade civil, garantindo que ela tenha acesso a todas as informações e suporte técnico necessário para esclarecer suas dúvidas e necessidades.

5. NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Ministério das Cidades (2011) classificou o nível de participação social de acordo com o grau de envolvimento da sociedade, conforme apresentado no Quadro 4, sendo que nível 0 seria o pior cenário, em que não ocorre nenhuma participação social, e nível 6 se refere a um cenário em que a população participa de todo o processo.

Quadro 4 - Níveis de participação social.

Nível	Grau de envolvimento da sociedade
Nível 0 - Nenhuma	A comunidade não participa na elaboração e no acompanhamento do PMSB.
Nível 1 - A comunidade recebe a informação	A comunidade é informada do PMSB e espera-se a sua conformidade.
Nível 2 - A comunidade é consultada	Para promover o PMSB, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam sua aprovação.
Nível 3 - A comunidade opina	A administração apresenta o PMSB já elaborado à comunidade, mediante audiência ou consulta pública, e a convida para que seja questionado, esperando modificá-lo só no estritamente necessário.
Nível 4 – Elaboração conjunta	A administração apresenta à comunidade uma primeira versão do PMSB para que seja debatida e modificada, esperando que o seja em certa medida.
Nível 5 – A comunidade tem poder delegado para elaborar	A administração apresenta à comunidade uma pré-proposta de plano, junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a a tomar decisões que possam ser incorporadas ao PMSB.
Nível 6 – A comunidade controla o processo	A administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e tome decisões sobre objetivos a alcançar no PMSB.

Fonte: Ministério das Cidades, 2011.

Para a presente Estratégia de Mobilização Social, será definido como base o nível 4, no qual há uma elaboração conjunta do PMSB, para isso é necessário que diversos grupos organizacionais participem dos eventos de mobilização, como, Organizações Não Governamentais (ONG), sindicatos, escolas, cooperativas, igrejas e entre outros, com o intuito de alcançar um público mais diversificado.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Esses grupos irão auxiliar na conscientização da população por meio de ferramentas de educação ambiental e irão contribuir com informações pertinentes para a elaboração do diagnóstico de saneamento básico, a fim de auxiliar na elaboração de um produto mais assertivo.

Para isso todas as atividades planejadas para a elaboração do plano serão amplamente divulgadas em todos os meios de comunicação, a fim de atrair um público amplo e diversificado, garantindo que informações importantes sobre o plano, eventos, audiências públicas e oportunidades de participação estejam ao alcance de todos. Isso promove a transparência e a inclusão, essenciais para o sucesso de qualquer iniciativa de planejamento e atualização de planos, especialmente quando se trata de questões importantes como saneamento básico.

6. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Nos tópicos a seguir serão descritas as estratégias de mobilização local e em rede, os eventos públicos e suas formas de organização e os mecanismos de divulgação e comunicação propostos para o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Divisa Nova/MG.

6.1. Estratégia de mobilização local e em rede

A mobilização social prevê o uso de diferentes tecnologias ao mesmo tempo para alcançar todos os públicos em todas as etapas do projeto, contribuindo para um melhor resultado na participação social. É prevista uma estratégia de atuação em duas frentes: a mobilização local e a mobilização em rede.

6.1.1. Mobilização local

Conforme determina a legislação brasileira, é dever do município garantir o controle social das ações relativas ao saneamento básico. Dessa forma, a mobilização local são os eventos públicos presenciais que irão permitir a participação da comunidade, que, em Divisa Nova/MG, será a audiência pública.

A audiência pública é definida pela Constituição Federal como um espaço de diálogo onde os poderes legislativos, executivos e judiciários debatem junto com a população sobre

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

temas relevantes. Assim a audiência é um instrumento bastante utilizado na formulação de políticas públicas.

Para a elaboração do plano municipal de saneamento básico a audiência será uma forma de apresentar o plano aos munícipes de forma expositiva e abrir um debate para coletar os questionamentos, percepções e contribuições dos participantes, além de ser um mecanismo de validação dos produtos elaborados.

Dessa forma, durante a audiência, os munícipes têm a chance de:

- Expressar suas opiniões e preocupações relacionadas ao saneamento básico no município;
- Fornecer contribuições e sugestões para a elaboração do PMSB;
- Questionar autoridades e especialistas sobre questões específicas relacionadas ao saneamento;
- Participar ativamente das discussões e decisões que afetarão o futuro do saneamento básico na região.

A metodologia de organização e os mecanismos de divulgação das audiências públicas serão descritos detalhadamente nos próximos tópicos.

6.1.2. Mobilização em rede

A mobilização em rede utiliza de diferentes ferramentas de comunicação em massa, desde as convencionais até as mídias digitais como forma de potencializar a mobilização local e garantir uma maior aderência da população à concepção do plano. Sendo assim, a mobilização em rede complementa a mobilização local.

Os mecanismos de mobilização em rede serão usados para divulgar as consultas e audiências públicas, permitir que a população encaminhe suas dúvidas e sugestões e facilitar o acesso de todos às etapas já executadas dos planos. As metodologias para mobilizar em rede a sociedade serão descritas detalhadamente em um tópico posterior.

6.2. Eventos públicos

De acordo com o Termo de Referência da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), elaborado em 2012 e posteriormente atualizado em 2018, os eventos de participação social devem ser apresentados na Estratégia de Mobilização Social, assim como a metodologia de

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

organização deles, sendo que devem ser organizados de maneira a atrair o maior e mais diversificado público possível.

Para a elaboração do PMSB de Divisa Nova/MG, o evento público de maior destaque é a audiência pública, por ser um instrumento que possibilita o diálogo direto entre a população e a equipe responsável pela elaboração dos produtos, sendo um meio eficaz de envolver os cidadãos no processo de desenvolvimento do PMSB.

Assim, os principais objetivos da audiência são:

- Apresentar o PMSB de maneira didática e acessível a toda população;
- Permitir que os munícipes esclareçam suas dúvidas, expressem suas percepções e contribuam com sugestões e recomendações, atuando de forma ativa na elaboração do plano;
- Garantir que o processo de elaboração do plano seja inclusivo, transparente e democrático.

6.2.1. Programação da audiência pública

Para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Divisa Nova/MG está prevista uma audiência pública que será realizada ao final da versão preliminar do plano e terá como pauta explicar de maneira didática todo o material produzido, promover uma discussão acerca do conteúdo tratado e coletar as sugestões fornecidas. O tempo previsto para a duração é de no mínimo 2 horas, garantindo que haja espaço suficiente para a participação significativa de todos e o desenvolvimento de discussões produtivas em torno dos trabalhos desenvolvidos.

6.2.2. Data, hora e local

A data da audiência será definida e amplamente divulgada pela Prefeitura Municipal, considerando os seguintes critérios:

- Adequação das instalações ao porte do evento, capacidade de acomodação, existência e qualidade do mobiliário e equipamentos disponíveis;
- O local escolhido deve ser de fácil acesso, permitindo que o maior número possível de pessoas participe;
- A estrutura do local deve ser acessível às pessoas com deficiência;
- O local deve ter disponibilidade de uso na data pretendida;

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Infraestrutura mínima de rede, que permite a transmissão online do evento para alcançar um público ainda mais amplo.

Esses critérios garantem que as audiências públicas sejam realizadas de maneira eficaz, envolvendo a maior parte da comunidade e possibilitando a participação ativa de todos os interessados, inclusive aqueles que não possam comparecer presencialmente. Assim é dever da Prefeitura Municipal avaliar os possíveis locais que atendam a esses requisitos e definir o melhor horário da audiência.

6.2.3. Estrutura e equipamentos para as audiências públicas

Para a realização das audiências deverão ser providenciados os seguintes itens:

- Local para recepção composto por mesa para que possam ser recolhidas as assinaturas em lista de presença;
- Local de exposição do documento do PMSB para consulta;
- Mesa diretora;
- Mesa para as secretarias;
- Banheiros;
- Bebedouro;
- Sinalização do local;
- Sistema de som e microfone;
- Material multimídia para apresentação;
- Materiais de escritório, como canetas, lápis, borrachas, papéis, clipes e grampeador.

6.2.4. Vistoria técnica

Antes da confirmação dos locais que sediarão as audiências públicas, deverá ser realizada uma vistoria por técnicos da Prefeitura e do Comitê de Execução, onde serão avaliados os seguintes tópicos:

- Infraestrutura, segurança, acessibilidade e facilidade de acesso do local;
- A luminosidade;
- A disponibilidade de mesas, cadeiras, bandeiras e toalhas de mesa;
- A quantidade e condições de uso do banheiro;
- A presença de extintores, sinalização de incêndio e saídas de emergência;

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Se possível, testar os equipamentos de sonorização, microfones, equipamentos de gravação de áudio, projetor multimídia, tela de projeção e cabos.

6.2.5. Público-alvo das audiências

Todos os atores envolvidos no processo de elaboração do PMSB, assim como todos os munícipes.

6.2.6. Recepção e credenciamento das audiências públicas

A função da recepção será preparar a lista de presença, o credenciamento e a entrega dos materiais de apoio. A lista de presença ficará disponível na entrada do local e será preenchida com o nome completo do participante, local onde reside, telefone para contato e assinatura, além do número de cada participante para se ter controle da quantidade de pessoas.

6.2.7. Metodologia de condução da audiência

As audiências serão conduzidas pelo Presidente, que será o Prefeito Municipal ou seu representante, com auxílio da equipe técnica da Allpa, e demais participantes do Comitê de Execução da elaboração da atualização do plano de saneamento básico, assim como os membros do Comitê de Coordenação. O presidente irá dispor de secretários, definidos por ele, que irão auxiliar na organização dos eventos.

O presidente terá a função de fazer a abertura e fechamento dos eventos, decidir sobre a pertinência das intervenções orais e dos questionamentos elaborados no debate, dispor sobre o tempo de condução das audiências, assim como sua reabertura caso seja conveniente.

Os secretários terão a função de coletar o formulário de dúvidas e contribuições, registrar os conteúdos pertinentes e arquivar a documentação produzida.

A programação das audiências será realizada na ordem a seguir:

- Abertura do evento com a palavra do Presidente;
- Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento;

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Leitura e exposição de todos os itens das versões preliminares dos produtos do PMSB elaborados até o momento da audiência em questão, realizada pela equipe técnica responsável por sua elaboração;
- Debate mediado;
- Encerramento.

Para garantir um bom funcionamento do debate, será prevista a participação em duas formas:

- **Participação Verbal:** Os participantes que desejarem falar poderão fazê-lo durante a etapa de debate mediado. No entanto, é necessário que se inscreva junto com algum secretário da organização do evento para garantir a oportunidade de falar;
- **Participação Escrita:** Para aqueles que preferirem não falar, mas desejarem contribuir, será disponibilizado um formulário de participação que poderá ser solicitado aos secretários. Este formulário permitirá que os participantes escrevam suas dúvidas e contribuições.

Os formulários serão entregues aos secretários, que repassarão ao presidente para que seja realizada a leitura de algumas das contribuições, e sejam respondidas pela equipe técnica alocada na atualização do plano e demais integrantes do Comitê de Execução. Essa abordagem visa garantir que todos tenham a oportunidade de participar do debate, de acordo com suas preferências e estilos de comunicação.

Ao final de cada sessão será feita a leitura da ata, que é um registro resumido, claro e fiel das ocorrências da audiência. A ata deve ser composta por:

- Cabeçalho contendo o nome do evento;
- Abertura contendo a data, hora do evento e o nome das autoridades presentes;
- Número de participantes;
- Registro das ocorrências.

6.3. Mecanismos de divulgação e comunicação

Os mecanismos de divulgação e comunicação são os meios responsáveis por permitir que as informações sejam disseminadas, nivelando todos os envolvidos, além de receber as demandas e sugestões dos atores, lhes oferecendo retorno adequado e possibilitando o acompanhamento do plano.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

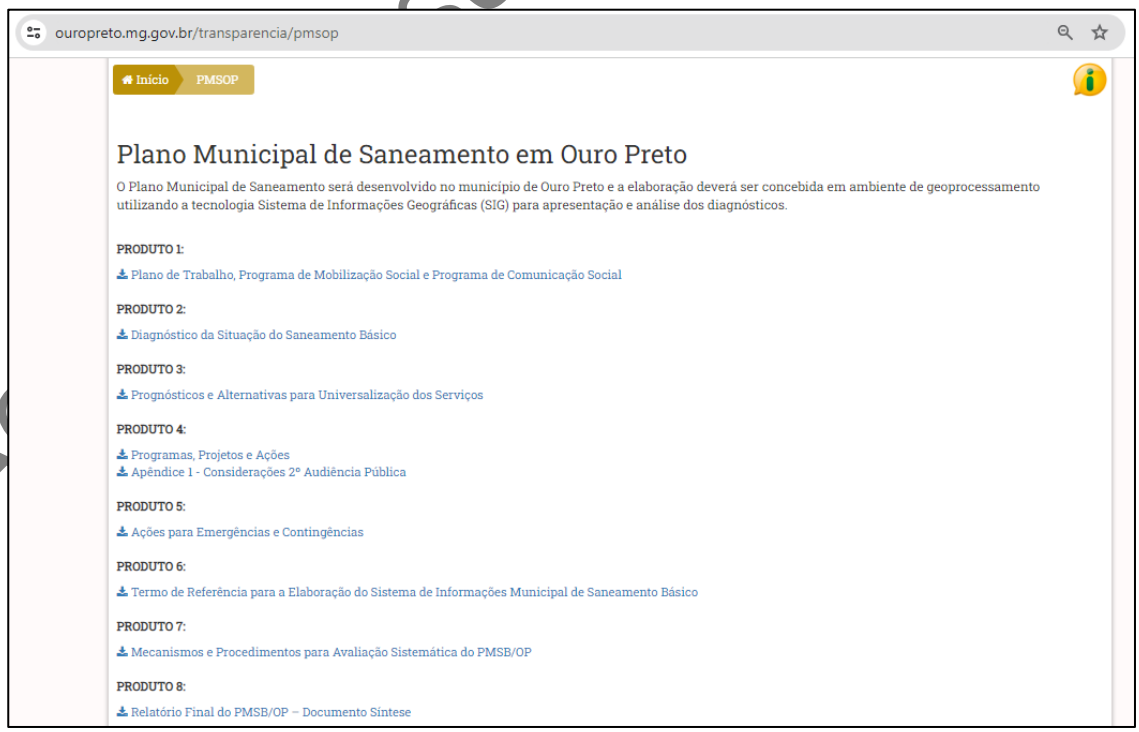
Para facilitar o acesso de todos às etapas do plano, a Prefeitura, em apoio com a Allpa e o Comitê de Execução, deverá criar um sítio eletrônico onde ficarão disponíveis todas as informações existentes. O sítio deve possuir a seguinte estrutura:

- Contextualização do que é o PMSB;
- Todas as informações existentes atualizadas periodicamente;
- Cronograma de planejamento do PMSB;
- Divulgação dos eventos públicos com data, hora e local com a devida antecedência;
- Meio de comunicação onde qualquer cidadão pode enviar suas dúvidas, críticas e sugestões;
- Divulgação da versão preliminar e final para consulta pública.

Pode ser criado tanto um sítio eletrônico específico para o Plano Municipal de Saneamento Básico, quanto uma página no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal. Outra alternativa seria, também, a criação de redes sociais especificas para esse fim.

O principal objetivo é ser um canal permanente e facilitador ao acesso às informações do plano, não só no período de elaboração, como também após sua aprovação. A Figura 5 representa um modelo de sítio criado com esse objetivo.

Figura 5 - Exemplo de Website desenvolvido com o objetivo de ser um meio de acesso às informações do PMSB.



Fonte: Prefeitura de Ouro Preto/MG, 2012.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tanto o sítio eletrônico, quanto os eventos públicos, deverão ser divulgados detalhadamente nos meios de publicidade de Divisa Nova/MG, como:

- Nas rádios locais;
- Nas mídias sociais da prefeitura (Instagram, YouTube e Facebook);
- Por meio de carros de som;
- No sítio eletrônico da Prefeitura;
- Por folders.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Estratégia de Controle e Mobilização Social tem como objetivo apresentar as etapas, os mecanismos e os eventos previstos para mobilizar a sociedade de Divisa Nova/MG no processo de elaboração do PMSB, de forma a incluir o maior número possível de pessoas em seu desenvolvimento.

Inicialmente foram identificados os atores sociais necessários para que o plano seja elaborado com êxito, também foi descrita a forma de atuação de cada um deles. Posteriormente foi detalhada a estratégia de mobilização social, que incluía a mobilização social local e em rede, os eventos públicos, os meios de divulgação e os grupos de trabalho. Destaca-se que nos eventos públicos foi apresentada toda a metodologia para elaboração da audiência pública, construindo assim, todo o detalhamento necessário para que o processo de elaboração até a aprovação do PMSB esteja aderente à legislação vigente, e, principalmente, à realidade municipal.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010**. Regulamenta a lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 11.445. 5 de janeiro de 2007**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 de maio de 2026.

BRASIL. **Lei 14.026. 15 de julho de 2020**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 de maio de 2026.

DIVISA NOVA (MG). Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Divisa Nova, MG: Prefeitura Municipal de Divisa Nova, 2018.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. **Termo de Referência para Elaboração de Plano de Saneamento Básico**. Brasília, DF, 2018.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Participação Social**. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social. Acesso em: 21 de maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Ouro Preto. **Sítio eletrônico para acesso ao PMSB do Município**. 2012. Disponível em: < https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/pmsop>. Acesso em: 21 de maio de 2026.

VERSÃO PARA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICA